

## **A participação cidadã como estratégia de governo**

**Silvio Caccia Bava**

*Sociólogo, diretor da Associação Brasileira de ONGs – ABONG e diretor do Instituto Pólis.*

*Publicado em: 22/08/2002*

Ao invés do isolamento, da competição, do individualismo, da pobreza, da violência, do medo, que marcam hoje a vida do paulistano, queremos uma São Paulo acolhedora, com uma intensa vida comunitária, valorizando sua cultura e suas múltiplas identidades, oferecendo uma melhor qualidade de vida para todos seus moradores.

Queremos mobilizar os recursos públicos e convocar parcerias com o setor privado para garantir segurança alimentar, educação, saúde, saneamento, moradia, circulação e transportes coletivos, segurança, cultura e lazer, enquanto políticas públicas universais e de boa qualidade.

A São Paulo que queremos não pode ser inatingível. Mais uma promessa para encher os olhos do eleitor. Ela precisa ser construída em um esforço conjunto da sociedade e do governo a partir da situação real da cidade e de seus habitantes. Temos que reunir a ousadia de querer criar novos direitos e o pragmatismo de perseguir estas metas melhorando cada vez mais a qualidade existente de vida dos paulistanos.

E como chegar lá? Ainda mais se considerarmos que viver em São Paulo tornou-se muito mais difícil nos últimos anos. O país está em recessão e sem um projeto de desenvolvimento nacional. A reconcentração dos recursos públicos a nível federal criou uma enorme crise fiscal e financeira junto às prefeituras, etc. O atual governo da cidade de São Paulo encontra sua máquina administrativa minada pela corrupção e pelo clientelismo. Não é uma tarefa fácil reorientar o projeto de desenvolvimento e as formas de sociabilidade predominantes hoje em São Paulo. Mas é disso que se trata. Mudar comportamentos, mudar instituições, criar novas solidariedades e alianças sociais que permitam a ampliação da cidadania em todos os seus sentidos. E não há outro caminho. A história nos ensina que todo o progresso social foi uma conquista de sua sociedade, foi resultado de muitas mobilizações, de muita pressão.

São Paulo é muito desigual, injusta, cruel para com os pobres. Aqui não são respeitados os direitos humanos. Não existem direitos assegurados para todos. As funções públicas do Estado se reduzem a cada dia. Isso acontece porque historicamente o controle de nossa sociedade e de nosso governo foram exercidos por elites políticas que querem garantir os seus interesses. A cidade orienta a aplicação de seus recursos para alavancar as condições gerais de mercado e a lucratividade dos setores dominantes na coalizão de poder.

É preciso dar um basta nesta situação. A cidade é dos cidadãos e o que deve orientar as ações de governo é o interesse público, não o interesse das elites. A receita para conquistar a São Paulo que queremos é mais democracia e transparência na vida social e no governo da cidade.

A eleição de um governo do PT é expressão dessa vontade política de mudança e participação cidadã. Trata-se então dos cidadãos retomarem o controle da sua cidade e do seu governo.

Muitas pesquisas já comprovaram que as cidades com melhor qualidade de vida, são as cidades em que as comunidades são mais fortalecidas, a sociedade civil mais organizada e mais ativa. Aí se construíram entidades comunitárias, associações, clubes, sindicatos, uma infinidade de formas associativas que participam ativamente das decisões sobre a cidade e a vida na cidade.

É dever de um governo democrático abrir-se à participação da cidadania, descentralizar as decisões e apoiar o fortalecimento da sociedade civil. É dever do cidadão, enquanto indivíduo, ativar as formas comunitárias e associativas que representam o interesse coletivo. É preciso o empenho, a participação, a pressão da sociedade civil organizada para criar as condições de mudança social.

São Paulo não será uma cidade acolhedora sem o engajamento de amplas maiorias nesse projeto, sem a criação de novos espaços públicos, de novas institucionalidades que recebam a participação da cidadania e a incorpore nos processos de decisão sobre a vida dos paulistanos, sobre as políticas públicas, sobre as formas de governar.

O objetivo de garantir o direito à cidade politiza as questões sociais e questiona o atual desenho das políticas públicas, já que até hoje a cidade mais expulsou para as periferias, para as favelas e cortiços, grande parte dos seus moradores e os excluiu do acesso a serviços e equipamentos públicos de qualidade do que promoveu políticas de inclusão social.

Garantir o direito à cidade significa ampliar a cidadania para que todos possam usufruir da cidade de São Paulo, desfrutar de seus equipamentos e serviços, desfrutar dos espaços de convivência social, das atividades e das instituições que promovem o desenvolvimento comunitário, dos laços multiculturais, da sustentabilidade ambiental, da participação cidadã nos espaços públicos e na gestão da cidade, da formação de uma cultura solidária, da transparência nas relações do governo com a sociedade.

Mas tudo isso não se faz sem um projeto de desenvolvimento para São Paulo. Um projeto em torno do qual governo e sociedade civil se ponham de acordo e possam mobilizar suas energias, estabelecer parcerias para garantir, num esforço conjunto, o direito à cidade para todos.

Na perspectiva da ampliação da cidadania o que está em causa é a reformulação dos limites entre o público e o privado e com ele a estruturação da esfera pública e da qualidade democrática desta, sobretudo no que diz respeito às classes médias e aos excluídos e marginalizados...(1)

Se observarmos o caminho adotado pelas mega-cidades no mundo inteiro, ele tem sido a descentralização. No Japão, há 25 anos se elegem os sub-prefeitos de Tóquio, hoje a maior cidade do mundo. Lá, cada sub-prefeitura tem um orçamento padrão mensal e se a

arrecadação for maior que a prevista, o excedente vai para um fundo das sub-prefeituras; se for menor, recebe do fundo. Lá existe também um governo metropolitano como figura política.

O governo de São Paulo precisa reconhecer as características e a dinâmica de seu território, seus distintos atores e suas multicentralidades. Ao descentralizar a gestão em sub-prefeituras, como aprovado agora pela Câmara Municipal, precisa cumprir a Lei Orgânica do Município e criar os Conselhos de Representantes que participem ativamente no desenho, implementação e fiscalização das políticas públicas ao nível destas sub-prefeituras.

As iniciativas em busca de cooperação e o estabelecimento de parcerias são o que se pode chamar de um eixo estratégico para as ações de um governo democrático da cidade de São Paulo. Elas precisam existir no plano internacional, nacional, regional e local.

São Paulo enquanto cidade global é parte de um sistema de coordenação, de controle e de serviços que dirige a economia globalizada de nosso planeta e que tem múltiplos centros. Do ponto de vista da economia urbana São Paulo recebe uma demanda crescente de novos serviços altamente especializados por parte das empresas integradas ao sistema internacional, nacional e regional. São serviços financeiros, bancários, de seguros, jurídicos, gerenciais, de manutenção, de transporte, de comunicações, de pesquisa tecnológica e de inovação, de publicidade, de contabilidade, de distribuição no atacado, de limpeza, etc. Eles requerem cada vez mais uma maior qualificação profissional e dificultam a inserção da imensa maioria dos trabalhadores à procura de um emprego.

Aqui temos uma questão complexa. Será possível, no mundo da economia globalizada, políticas públicas capazes de promover a inclusão e atender ao mesmo tempo as demandas do grande capital? Qual o espaço para as atividades das pequenas e médias empresas, para os profissionais autônomos, para os trabalhadores do setor informal? O governo da cidade, com todos os seus limites orçamentários e institucionais, pode e deve desenvolver um conjunto de iniciativas de estímulo ao desenvolvimento destes setores, seja pela via de intervenções urbanas, seja facilitando a participação dos pequenos nas licitações públicas, ou apoiando iniciativas como incubadoras de empresas, banco do povo, organização de cooperativas. Entretanto, todas essas ações estão subordinadas a dinâmicas nacionais às quais o governo de São Paulo não pode deixar de influenciar.

A cidade de São Paulo é parte da Federação. É o maior centro de poder do país. O governo da cidade tem a responsabilidade de representar e defender os interesses de São Paulo perante os outros entes da Federação, o governo estadual e o governo federal, na perspectiva da promoção do desenvolvimento, da garantia do trabalho para todos, da articulação de políticas públicas.

As ações de governo nos anos recentes foram orientadas unicamente para atender à demanda das grandes empresas, tornando São Paulo cada vez mais desigual, formando ilhas de excelência num mar de pobreza.

Mas São Paulo é muito mais. São Paulo abriga enormes potencialidades inexploradas. São Paulo é uma cidade cosmopolita, que conta com a forte presença de grupos étnicos e nacionais que aqui vieram, se instalaram, e hoje criam seus filhos e netos brasileiros e paulistanos. Com a participação destes grupos étnicos e nacionais que integram a cidadania paulistana abrem-se oportunidades para se propor, no plano das relações internacionais, iniciativas conjuntas como o aprofundamento do intercâmbio da riqueza cultural e da tecnologia, iniciativas conjuntas no plano dos investimentos, comércio e serviços. Desta perspectiva criam-se novas condições, fundadas na solidariedade e na cooperação internacionais, para a relação com outros governos e outros povos, como o estabelecimento de programas de cidades irmãs.

Não podemos nunca nos esquecer que boa parte dos problemas de São Paulo são problemas também de toda a região metropolitana e que a cidade de São Paulo tem um peso determinante na busca de soluções conjuntas para questões como o fornecimento de água, o saneamento básico, a coleta e destinação do lixo, a circulação e os transportes. Já existem experiências importantes de criação de consórcios na região do ABC e em outros lugares que mostram um caminho muito promissor de se potenciar a ação dos governos locais em prol do desenvolvimento sustentável.

A São Paulo que queremos é uma cidade engajada na construção de um Brasil melhor, cumprindo seu dever de ativar os espaços públicos democráticos, contribuindo para o desenho de um novo projeto de desenvolvimento para o país, convocando o cidadão brasileiro a retomar o governo do país em suas mãos.

#### Nota

(1) SANTOS, Boaventura de Sousa; “A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado”; paper apresentado no Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado; Ministério da Administração e Reforma do Estado; São Paulo; 1998; p. 10.